

As viagens da ministra Zélia Cardoso de Mello à Europa e do secretário de Política Econômica Antônio Kandir ao Estados Unidos não visavam apenas a informar seus interlocutores acerca da evolução da economia brasileira: os dois emissários do governo de Brasília procuraram ouvir os representantes dos credores a fim de poderem dar início à parte mais atrasada do programa Brasil Novo, ou seja, o processo de renegociação da nossa dívida externa. Pode-se verificar hoje que tais contatos foram úteis: a retomada dos pagamentos dos juros ao Clube de Paris é bem o símbolo da mudança ocorrida depois das excursões das nossas autoridades monetárias.

O governo havia insistido quanto ao fato de que a ministra da Economia não pretendia discutir o problema da dívida externa na sua viagem à Europa, especificando-se, no que respeitava ao sr. Antônio Kandir, que iria apenas apresentar o programa econômico ao FMI e convidar o organismo internacional a enviar uma missão ao Brasil, visita que aliás fora anteriormente marcada para junho. Na realidade, no decorrer dessas viagens, tiveram os dois representantes do governo brasileiro oportunidade de avaliar como poderia um cronograma excessivamente rígido que envolveria três fases (um acordo com o FMI, outro com o Clube de Paris

— isto é os credores oficiais — e um terceiro com os bancos credores), complicar, efetivamente, a renegociação global. Era necessário, disseram os interlocutores da ministra e do seu secretário, dar a impressão de que se iniciava, na realidade, uma renegociação global, ainda que se pudesse admitir certa prioridade na conclusão de acordos com os três níveis de credores.

É interessante notar a insistência do sr. Antônio Kandir em afirmar que o FMI, apoiado por seu principal "acionista", o governo de Washington, não condicionava a obtenção de um empréstimo *stand by* pelo organismo internacional à antecipação de um pagamento, ainda que simbólico, dos juros atrasados devidos aos bancos comerciais. Tal afirmação foi erroneamente interpretada, sugerindo que tanto o FMI quanto o governo norte-americano estavam respaldando o Brasil na sua decisão de não proceder àqueles pagamentos. O sub-secretário do Tesouro do governo de Washington, sr. David Mulford, apressou-se em desmentir tal apoio, afirmando ao contrário que o atraso, no que respeitava ao início de um reativamento das conversações com os bancos credores, representava um ponto altamente negativo para o Brasil.

A questão, na verdade, é mais sutil. Precisava o governo brasi-

leiro mostrar que o FMI, contrariamente ao que fez com a Argentina, não exigia o pagamento simbólico dos juros aos bancos credores, reconhecendo porém, ao mesmo tempo, que talvez nos fosse vantajoso reatar um contato com a comunidade financeira internacional, antes mesmo que se concluísse a negociação de um novo empréstimo pelo organismo internacional. O Brasil, deste modo, agiu espontaneamente, demonstrando todavia sua boa vontade.

De fato, o negociador da dívida externa, o embaixador Jório Dauster, está pronto para iniciar contatos com os bancos credores (sob a aparência de uma missão apenas interessada em informações), visando a preparar o terreno para uma renegociação mais oficial. Tal operação terá o objetivo de criar um clima de maior simpatia para os bancos e poderá até se traduzir por um pagamento simbólico, que não será porém imposto pelo FMI e tampouco pelo governo norte-americano. A visita ao Brasil do presidente do Citicorp, John Reed, praticamente às vésperas da viagem à Europa da ministra da Economia objetivava prepará-la para aceitar a idéia de uma renegociação com os bancos paralela à do FMI. A professora Zélia Cardoso de Mello pôde verificar na sua viagem que tal insistência não representava apenas uma manifestação norte-americana.

Se a viagem da ministra foi apresentada ao Brasil como uma missão de informações, especialmente para os governos europeus, a fim de obter seu apoio no *board* do FMI, advertindo-se que nossa representante não admitia discutir o problema da dívida externa, tornou-se evidente que a questão seria tratada em todos os países visitados. De fato, em todos eles a ministra manteve contatos com os banqueiros credores. Mas foi também programada uma visita ao presidente do Clube de Paris, não apenas a título de cortesia ou de informações.

Após o encontro com o presidente do Clube, sr. Trichet, ninguém anunciou que a ministra se tivesse convencido de que cumpria ao Brasil criar um clima favorável e reiniciar o pagamento dos juros atrasados devidos aos credores da instituição. No entanto, antes mesmo que a profa. Zélia Cardoso de Mello voltasse ao Brasil, tal decisão foi tomada, o que estabelece claramente uma relação entre sua visita a Paris e o mencionado pagamento.

Estamos, na realidade, assistindo a um retorno ao realismo na condução do problema da dívida externa que não podia ficar em nível de confronto — ainda que amável, com os credores. Trata-se de peça essencial do plano de ajuste do governo Collor que não comporta delongas...